



*f. m. g.*¹

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 27 de dezembro de 2024

No dia vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento.

1.2 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

2.2 – Apreciação e votação da ata n.º 4 da sessão ordinária do dia 27 de setembro do ano 2024;

2.3. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2024. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – Conhecimento;

2.5. Documentos Previsionais para o ano económico de 2025 – Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita - Grandes Opções do Plano de Atividades – Mapa de Pessoal para 2025 – Aprovação;

2.6. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Ecomuseu e Turismo – Aprovação;

2.7. Versão Final do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Montalegre – Aprovação;



*f. l. m.*²

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.8. Versão Final do Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos Especialistas em Medicina Geral e Familiar Centro de Saúde de Montalegre – Aprovação;

2.9. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – Aprovação;

2.10. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, – Aprovação.

2.11. Desempenho das funções de Fiscal Único na empresa "EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA. – Aprovação;

2.12. Protocolo de colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental e o Município de Montalegre – Conhecimento;

2.13. Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – Orçamento e Plano Plurianual de Atividades e Investimento para 2025 – Conhecimento;

2.14. AMAT – Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Conhecimento;

2.15. Voto de Pesar pelas Vítimas dos Incêndios Rurais que Deflagraram nas Regiões Centro e Norte de Portugal Continental e de Solidariedade para com as Populações Afetadas e Entidades Envolvidas no Combate aos Fogos – Conhecimento.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 46 membros à exceção dos deputados Manuel Carvalho, Sandra Gonçalves, António Ferreira, António Eduardo Santos e Nuno Pereira.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados José Bento Dias, Nuno Pereira, João Surreira, João Carlos Rodrigues, Nuno Miguel Pereira, António Cascais, Vitor Carreira, João Paulo Anjo e António Reis.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores Jorge Fidalgo, Manuel António Fernandes, José Moura Rodrigues e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.



[Handwritten signature]
3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Na ausência do 1º Secretário da Mesa, o deputado Manuel Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia pediu autorização para que este fosse substituído pelo deputado João Gonçalves Surreira.

1.1 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.2 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, José João Moura, Fátima Crespo, João Carlos Rodrigues, Manuel Carrelo, Alberto Fernandes e Hernani Carvalho.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: "Não é fácil falar, sem emoção, de alguém com quem partilhei, pessoalmente, em vários momentos (Lisboa, Porto, Braga e Vila Real), algumas trocas de impressões em que se fez luz sobre algumas felizes coincidências que ligavam as nossas vidas.

Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu, em Lisboa, nos anos finais da I República, em 7 de dezembro de 1924, filho de Elisa Nobre batista e de João Lopes Soares.

Educado numa família de tradição republicana – liberal, seu pai foi, naturalmente, quem mais duradouramente o marcou e influenciou: "tive uma educação cívica, profundamente democrática, de sensibilidade republicana, porque vivi num meio retintamente republicana."

De resto, o Dr. João Lopes Soares, sacerdote até que, por sentença papal, viu anulados os seus votos, foi um político da República: sucessivamente governador civil da Guarda e de Braga; vogal do Conselho Superior de Finanças; deputados pelos círculos de Guimarães e Leiria; Ministro das Colónias o I Governo de Domingos Pereira (1919), mas, sobretudo, após a implantação da ditadura, em 28 de maio de 1926 e do Estado Novo que naquela, teve origem, foi um acérrimo defensor da legitimidade republicana.

Personalidade multifacetada, ao sacerdote sucedeu o político, o conjurado, defensor dos ideais republicanos, que nunca deixou de ser; e, mais, o pedagogo que foi até ao fim da vida.

À sua iniciativa se deve o Colégio do Estoril, o Colégio Nun'Álvares, na Venda do Pinheiro e o Colégio Moderno, no Campo Grande, em Lisboa, à frente do qual se manteve até finais da década de 60, do século passado.

Foi no convívio deste homem que Mário Soares viveu e formou as linhas mestras do seu pensamento e atuação política. Convívio que nem sempre foi fácil nos primeiros anos, porque interrompido por prisões, deportações, exílios e largos períodos passados na clandestinidade, por parte do seu pai.

Foi, aqui, no convívio deste homem que Mário Soares assimilou coragem, a determinação, a luta sem desfalecimento na prossecução de um objetivo, sabendo encontrar, sempre, com engenho, razões para não desistir.



[Handwritten signature] 4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Evocar Mário Soares é lembrar um dos portugueses que maior influencia tiveram na história do país, na segunda metade do século XX.

Jovem, ainda, dá os seus primeiros passos como ativista político nos movimentos das juventudes; no exílio, está na fundação do partido Socialista; regressado a Portugal, é incomensurável o contributo que deu para a consolidação do processo de normalização democrática nos pós 25 de abril: alcançando, passo a passo, a estabilidade que consegue concretizar os ideais por que sempre combateu e o caminho que, desde sempre, abraçou: a república, a democracia, a tolerância, a fraternidade e, porventura, acima de todos, a liberdade.

Homem de convicções - "socialista, republicano e laico"- chega ao topo da hierarquia do Estado Português e inaugura as "presidências abertas", com as quais percorre, literalmente, todo o país, convivendo com as populações, de quem, como só ele sabia, se aproximava e ligava, numa confraternização sem paralelo.

Manuel Alegre disse, um dia, sobre Mário Soares: "O povo reconhece-se nele, porque ele é igual. E vai com ele, porque ele é diferente."

Soares foi e será, sempre, fixe! Assinado, o deputado municipal João Soares".

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Antes de mais apresentar um voto de pesar pelo falecimento do pai da nossa colega Sandra Gonçalves, de seu nome Alberto Fernandes Gonçalves, cujas cerimónias fúnebres se irão realizar hoje à tarde e que levaram à ausência da nossa colega conforme se pode presenciar, mas que, no entanto, a sua presença é sempre salutar na discussão e debate das principais propostas e deliberações nesta assembleia pela sua frontalidade, sinceridade e honestidade.

Além disso, gostaria de abordar algumas questões cruciais que afetam diretamente a nossa comunidade. Vivemos tempos de letargia e indefinição nas decisões políticas que deveriam impulsionar o desenvolvimento de Montalegre. Ao fim de 35 de governação socialista qual o legado que fica? A feira do fumeiro e a sexta feira 13? Muito pouco para 35 anos de governação. E agora à sombra da oposição, temos observado um comportamento contraditório: criticam as nossas propostas, mas depois aplicam-nas como se fossem suas. Esta falta de coerência é um reflexo da ausência de uma visão clara e de um compromisso verdadeiro com o desenvolvimento da nossa comunidade e da nossa terra.

O executivo municipal atual tem os cofres cheios, mas não há obra visível que justifique essa abundância de recursos. Em Montalegre, sentimos na pele a falta de investimentos que realmente façam a diferença no nosso dia a dia. O PSD tem sido uma voz ativa na defesa de uma gestão mais transparente e ambiciosa, que não se limite a acumular recursos, mas que os utilize de forma eficaz para promover o desenvolvimento que todos merecemos.

Mas o PSD não se limita a criticar a atuação do executivo municipal conforme apregoam. Temos apresentado várias propostas para dinamização do concelho, mas como sempre negligenciadas, consideradas levianas, mas que mais tarde ressuscitam de uma forma dissimulada, mas inequívoca da sua origem, com o cunho do PS, pois na sua arrogância democrática, o PS não consegue admitir as nossas propostas como válidas, úteis e necessárias para o concelho e comunidade. Assim aconteceu quando o



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PSD propôs dar um apoio aos produtores pecuários e que mais tarde o PS copiou. Assim aconteceu com a urgência da criação de uma creche para o baixo Barroso e que mais tarde o PS copiou. Assim aconteceu com o apoio à natalidade e que mais tarde o PS copiou. Assim aconteceu com a proposta de abdicar da totalidade do IRS dos seus municípios na totalidade que mais tarde o PS copiou. Assim aconteceu com a aposta na variante ao caminho português do interior de Santiago e que mais tarde o PS copiou. E muito mais Sra. Presidente e Srs. deputados. Assistimos assim a um plágio de iniciativas e soluções concretas e diretas que têm como objetivo a melhoria das condições de vida dos nossos municípios e a potencial atração de investimento e dinamismo para o concelho. O PS cópia pois sabe que as propostas são válidas, necessárias e fundamentadas, pois nós PSD, sabemos que somos capazes de fazer muito mais e melhor.

Mas não nos ficamos por aqui. Como sabemos que é necessário conciliar o capital privado com o atual orçamento municipal, o PSD propôs criar um regulamento para as empresas que desejam investir em Montalegre. Este regulamento visa garantir que os investimentos sejam feitos de forma transparente e que tragam benefícios reais para a nossa comunidade.

Queremos assegurar que cada euro investido contribua para o desenvolvimento sustentável de Montalegre, promovendo a criação de empregos, a melhoria das infraestruturas e a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Com este regulamento, pretendemos atrair capital privado que complemente o nosso orçamento municipal, permitindo-nos realizar obras e projetos que há muito são necessários.

Por isso apresentámos uma Proposta de Apoio à Criação de Emprego, que prevê que a Câmara pague 150€/mês do 2.º ao 9.º emprego novo criado no concelho, durante oito anos. Cada empresa poderia encaixar até 134.400€ com a possibilidade de receber 50% logo à cabeça.

É uma proposta séria, arrojada, mas ponderada, que aumentaria em 5 vezes os apoios atuais de criação de emprego. Além disso, a criação de oito postos de trabalho daria para comprar mais de quatro lotes industriais com 2.500 m² Montalegre e mais de seis lotes industriais em Salto. É com muita pena que vemos que esta nossa Proposta tenha sido chumbada, bem como a proposta ao fomento pecuário, face às enormes perdas de rendimento dos agricultores de 120€ por cada vitelo de raça barrosã e 60€ por cada um dos vitelos de outras raças e cruzados. Leviana na última assembleia Sra. presidente, mas que agora mais uma vez copiada, só que ficou aquém das reais solicitações dos agricultores com um montante de 40€ e a exclusão dos agricultores que não façam a sanidade no concelho e os vitelos de outras raças autóctones (cachena, minhota, maronesa, arouquesa, mirandesa).

Não faz o concelho faz o governo Sra. Presidente e Srs. deputados. O ministro da Agricultura José Manuel Fernandes atento e compreensivo às dificuldades que o sector agropecuário vive no interior e em Barroso, garantiu melhorar os rendimentos dos agricultores, apoiar os jovens empresários até à idade de 40 anos e já no próximo ano, no orçamento do Estado, uma verba de 30 milhões de euros de apoio aos baldios, por forma a apoiar os agricultores na perda de rendimentos pela diminuição da área útil legível. Nunca se ouviu falar em apoiar a pastorícia extensiva, e este ministro defendeu que o programa ia nesse sentido bem como no apoio às raças autóctones.

Além do mais, voltou a insistir que o atual governo não vai aumentar os impostos, que vai aumentar o salário mínimo para 870 euros e reforçar os apoios às famílias e aos



 6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

agricultores, onde destacou o papel da agricultura e o seu papel na segurança alimentar, no sentido de valorizar o árduo trabalho dos agricultores que devem assim receber mais apoios para terem mais rendimentos.

Isto sim são medidas praticas e úteis de fomento pecuário e não levianas Sra. Presidente e a inação por parte do PS nesta questão é responsável por, nos últimos 10 anos, da perda de cerca de ¼ das explorações agrícolas.

Aplicar e executar propostas dinamizadoras para nós é o mais importante e o PSD não se importa com o plagiar ou copiar, palavras que lhe são familiares Sra. Presidente e que mais uma vez o PS utilizou. Depois de ouvir sistematicamente ano após ano as críticas do PSD, em surdina finalmente deixou de investir num dos sorvedouros do orçamento municipal. A pista de Rallycross. E para terem ideia de quanto nos custou a ignóbil obra basta olhar para os números já gastos naquele que ficará para a história como o elefante branco do PS. Desde que em 1999 a câmara contraiu um empréstimo de 600 000 contos para iniciar a obra no tempo do Prof. Fernando Rodrigues, ao fim de 25 anos a câmara já gastou mais de 17 milhões de euros naquele espaço. Quase um orçamento municipal Sra. presidente e Srs. deputados. Quando comparado com a verba disponível para transferência para as freguesias que se ficam pelos modestos 515 000 € pergunto eu que benefícios a pista nos trouxe e o que se poderia ter feito nas freguesias e na coesão territorial no nosso concelho? Está na hora de o PS admitir que a pista foi um erro governativo e um desperdício e esbanjar de dinheiro público tão importante para as pessoas, para as famílias e para as suas necessidades.

Mas este silêncio por parte do PS, que não é inocente, vai matar lentamente a credibilidade e capacidade diretiva e executiva do PS com a sua anuência Sra. Presidente e que muito prejudicará o nosso concelho. Está na hora de uma mudança de estratégia pois como se vê, o PS não quer a ajuda do PSD, do CDS-PP, dos independentes e da sociedade civil. Está na hora de virarmos a página da cegueira ideológica e ouvir os lamentos mudos da paciência dos munícipes e o seu desconhecimento da missão forçada e nunca querida de tentar dirigir um concelho que se repercute na falta de reconhecimento público. O que atropela completamente a lei de Gilbert que afirma que quando alguém assume uma tarefa, encontrar as melhores maneiras de alcançar o resultado desejado é sempre sua responsabilidade.

É hora de exigir mais. É hora de acreditar em Montalegre, no potencial da nossa terra e no poder da nossa comunidade para fazer a diferença. Precisamos de uma liderança que seja clara nas suas intenções e que invista de forma eficaz nos projetos que realmente importam para Montalegre. Juntos, podemos construir um futuro melhor, com transparência, coerência e um verdadeiro compromisso com o desenvolvimento local.

Nós acreditamos em Montalegre, sabemos fazer melhor e não queremos o poder pelo poder, mas sim, porque acreditamos por várias razões, dependendo do contexto. Pode ser por fé, esperança, evidências, experiências pessoais ou até mesmo por necessidade emocional. E é esta crença que nos dá força, propósito e direção no caminho certo.

Em nome da bancada do PPD/PSD desejo que 2025 nos inspire a continuar a crescer e a fazer a diferença, em estreita colaboração. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

A deputada Fátima Crespo falou das variadas iniciativas que a Câmara desenvolveu como o Mercado de Natal que foi um sucesso e que contribuiu para a venda de



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

produtos endógenos. A diversão de imensas crianças, com a pista de gelo, com Karts, com desfile de mascotes, pinturas faciais, insufláveis, fotografias com o Pai Natal e neve artificial que tanto agradou, até os turistas. Falou ainda do espetáculo de música de Natal no auditório municipal com todas as crianças das escolas e do excelente concerto de música clássica na Igreja Nova em Montalegre.

Está ainda prevista a passagem de ano a realizar na tenda em frente ao edifício da Câmara com um grupo musical e DJ's que contribuirão para um bonito convívio e confraternização, tão importante para as pessoas. Parabéns ao executivo e a todos os que participaram nestas iniciativas e desejos de que se continue a proporcionar às pessoas grande qualidade de vida.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. e Srs. deputados: ouvindo aqui o deputado do PSD, é impossível não fazer comparações com o governo e o primeiro-ministro. As similitudes são em tudo.

Primeiro, querem dar tudo a todos ao mesmo tempo, tal como o governo fez, com o dinheiro que o governo PS deixou, porque o Primeiro-Ministro está em campanha constante, e nem assim descolou das sondagens. E agora explora a agenda do chega para captação desse eleitorado com a radicalização sobre a imigração e a instrumentalização das forças de segurança.

E em segundo lugar, a realidade não lhes assiste. Tal como o primeiro-ministro na sua mensagem de natal, aqui o deputado da oposição parece que não vive em Montalegre, e descreve uma realidade alternativa.

Mas para não correr o risco de não estar presente na discussão do ponto mais importante desta sessão, o Plano e Orçamento, deixo já aqui algumas notas sobre os documentos.

E relativamente ao Plano e orçamento, estes cumprem os objetivos de continuar o crescimento da nossa terra, a valorização da cultura, do património, com grande investimento na educação, nos apoios sociais, na habitação, na saúde, e nos produtos locais, ainda com a promoção turística e do nome Montalegre, visando a fixação das pessoas, com estímulo aos jovens de Montalegre.

Isso conjuga-se com o turismo, com a economia, com o emprego, com o rendimento e com mais bem-estar.

Estes princípios estão bem explícitos no Plano. Um Plano de visão, de aposta no futuro e de garantia de estabilidade financeira para cumprir esse esforço de investimento contínuo, de renovação das infraestruturas, do investimento na qualificação do território, das empresas, das pessoas, e da aposta no emprego.

É um Plano de continuidade e ao mesmo tempo um plano de arrojo, seguro, que aposta nas responsabilidades atribuídas pela descentralização do governo anterior, que garante a sua execução pelo rigor e pela determinação. E pelo bom uso dos dinheiros públicos! Mas, também pelo exemplo de um executivo austero, responsável e conhecedor das dificuldades e dos problemas, sobretudo dos problemas que afetam o interior, mas também das potencialidades do concelho e da qualidade e garra dos Barrosões.

Por tudo isto podemos dizer que temos um plano de qualidade, que é consensual na sociedade, e merece o apoio de todos.



8

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Mas há ainda, uma medida nova neste orçamento. É o virar da página. É que chegou a hora de dar aos munícipes a fatia de 5% do seu IRS que antes ia para a receita do município.

Só por isso o orçamento seria novidade.

O orçamento é novo, é moderno, mas é sustentável, é bom para as pessoas e para as famílias.

Vai ser um orçamento bom para todos.

Mas a medida aprovada anteriormente da devolução de 5% do IRS é um dos pilares deste orçamento e merece por isso mais algumas referências:

A Câmara reproduz aqui a redução total da receita do IRS aprovada anteriormente e devolve aos munícipes 5% do valor que paga cada um dos contribuintes da nossa terra.

A Câmara nunca prescindiu desta receita porque tinha necessidades concretas nos apoios sociais e uma aposta no investimento e apoio à exploração e promoção dos produtos locais, que é exemplo de sucesso.

A decisão entretanto tomada e agora expressa no orçamento pelo executivo mostra que esses encargos, que aumentaram ao longo dos anos, e que tiveram um grande impacto na dinamização económica, podem ser prestados e até reforçados, graças ao dinamismo que essas medidas trouxeram à sociedade.

Assim, a Câmara apesar desta inédita medida, garante o investimento social e toda a estrutura de apoio ao desenvolvimento e consegue dar um grande impulso ao aumento do rendimento das famílias, sobretudo dos funcionários públicos, dos professores, dos médicos, dos quadros superiores e até dos empresários.

Trata-se de uma medida justa, que vem na hora certa porque a autarquia tinha valores de coesão e solidariedade que estavam e estão acima de tudo. Mas chegou a hora e conseguimos cumprir esses valores e criar condições para se avançar agora para um novo patamar de progresso.

Vamos ter nos nossos bolsos 5% do que pagamos de IRS!

Vamos ter mais poder de compra na nossa terra!

Vamos ter mais ordenado ao fim do ano!

Muitas pessoas poderão escolher Montalegre para viver por via, também, deste incentivo!

Vamos ter mais economia, mais investimento, mais bem-estar com esta medida tomada pelo executivo municipal.

E devemos realçar: temos um orçamento bom para o investimento e um investimento com grande responsabilidade social, mas também um orçamento que garante um aumento do rendimento diretamente às pessoas através da descida do IRS. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: “Digníssimos representantes da Mesa, Companheiros de luta, Senhores e senhoras da Comunicação social, estimado público, Senhora Presidente: 2024 foi o ano de comemorações em Portugal. Assim:

1. Celebrou-se os 50 anos do 25 de Abril que desejamos seja sempre celebrada. Da revolução romântica eclodiu um processo de democracia popular, marcado pela entrega de Portugal aos portugueses, através das nacionalizações, da reforma agrária e da gratuidade dos fatores de produção aos agricultores e que chegou até aos



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

nossos dias como o maior fator de capitalização do país, a seguir aos fundos europeus, através das privatizações, que caso contrário, nada haveria para privatizar;

2. Como não há bela sem senão, tiveram lugar pela primeira vez na história da democracia em cerimónia solene na Assembleia da República, a comemoração do 25 de novembro, contrária ao percurso da democracia popular saída do 25 de Abril;

3. Celebrou-se também o centenário do nascimento de Mário Soares.

Para falar dessa figura incontornável da caminhada de abril que agradou sobre maneira a toda direita portuguesa e além-fronteiras vale a pena recordar:

O suporte político de MS. à solução saída do 25 de novembro,

A divisão do movimento sindical, centrado na CGTP, com a criação da UGT de Torres Couto

A dissolução da Assembleia da República que dou a maioria absoluta a Cavaco Silva, contra a vontade de figuras gradas do PS que achavam que havia condições para uma alternativa no quadro da composição da Assembleia da República.

E ainda a passagem por um relacionamento pouco ortodoxo com Salgado Zenha e Manuel Alegre, aquando da sua candidatura às presidenciais. Apesar da figura controversa, que foi MS, para o bem e para o mal, o homem das presidências abertas que chegou a ser eleito com quase dois terços do eleitorado e fez

engolir sapos vivos a uma certa oposição, era um homem determinado, teve mérito e coragem que hoje ninguém teria, de em entrevista à revista Visão em 11 de Setembro de 2008 por a nu o papel da Nato sobre o lema "desde a defesa à ameaça", uma entrevista que deveria ser obrigatório os socialistas lerem, muito embora António Arnaut ter dito um dia que muitos militantes do PS, se esquecem que são socialistas;

4. E ainda os festejos dos 35 anos do PS á frente dos desígnios da Câmara Municipal de Montalegre. É nestas três décadas e meia, que nos devemos deter e as que mais interessam aos barrosões analisar.

Diz-se numa das intervenções do Sr. Ex-presidente Fernando Rodrigues o seguinte: "é preciso olhar para o futuro, estar com a juventude, olhar para a juventude. "isto diz o quê? noutro passo da sua intervenção é claro ao dizer, "nós não queremos voltar a um passado com falta de água na Vila ocorrido na gestão anterior, nem ao fascismo" e pela primeira vez falar de criação de emprego.

Então passemos à análise. Falar de empregos quando nos deparamos com a seguinte situação:

Evolução da população do Concelho de Montalegre a partir da década de 60. Em 1960 tinha 32728 habitantes (menos 9803 habitantes), em 1970 tinha 22925 habitantes (menos 9461 habitantes), em 1990 tinha 13464 habitantes (menos 13664 habitantes) e em 2021 tinha 09261 habitantes (menos 4203 habitantes). É legítimo perguntar se foi o êxodo dos barrosões o caminho do desenvolvimento, que o PS local tanto se orgulha? As portas que abril abriu foi para os barrosões saírem? Olhar para o futuro e para a juventude baseado em quê? Falar de emprego, sem concretizar? Os discursos foram vazios de conteúdos e de objetividade.

Um fait divers de observações inconsequentes e repetitivas, mais dirigidas ao passado do que ao futuro apregoadas.

Falar de emprego? Onde moram os projetos de S. Vicente? Milhões que foram ao ar! E o Hotel de Montalegre? fechado.

Que dizer sobre o loteamento industrial quando as industrias previstas foram para Boticas?



10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Que investimentos resultaram das viagens dos nossos autarcas, com o objetivo de captar investidores, aos EUA, Canada e França?

Infelizmente, a industria que têm defendido, como consta do plano diretor municipal é a industria mineira para dar a estocada final à produção de mel e do gado no barroso. E por falar em falta de água na Vila, bastava dar vida ao projeto do Dr. João Canedo que preconizava captar a água junto ao rio, onde hoje é o parque com o nome de sua excelência, Sr. Ex-presidente (há quem construa a sua estátua em vida).

E porque não referir aqui a venda das águas à companhia águas do Norte cujo abastecimento á Vila é feito da água das barragens, é isso qualidade de vida?

Como podemos cativar e fixar pessoas sem investir em creches que cuidem das crianças para as pessoas exercerem a sua atividade sem preocupações do tipo familiar?

Num outro discurso a senhora presidente disse estar focada no desenvolvimento da agricultura e no apoio aos agricultores, diz até uma frase que não é nova nos líderes do PS local, "façam a câmara gastar dinheiro".

Não é que estamos de acordo! Mas um desenvolvimento agrícola fundamentado em quê Senhora presidente?

No apoio *ad eternum* às cooperativas e associações que depois não caminham pelos próprios meios?

Não pode haver desenvolvimento agrícola Senhora presidente, sem apoio aos fatores de produção.

Dou um exemplo, o que mais urgente é numa exploração agrícola são as correções dos solos, quer ao nível da acidez, quer ao nível dos microelementos que em excesso nos solos impedem o desenvolvimento radicular das plantas.

Como se pode deitar mão desta atividade agrícola se os corretores são caríssimos uma vez que tem que ser aplicados em muitas toneladas por hectare? E estão na mão dos agentes do agronegócio? como pode ser?

Outro exemplo: Não poderíamos nos dias de hoje em que cada vez mais nos grandes centros urbanos se ganha consciência em evitar alimentos transgénicos, dos quais o trigo é o mais geneticamente modificado, arrasar o norte do país com pão de centeio regional fomentando assim a produção desse cereal e a sua industria transformadora?

Não adianta dizer façam centeio, trigo sarraceno, ou batata, sem ligar todo o sistema produtivo...como disse recentemente o papa Francisco "urbi et orbi" a cidade e o mundo nós dizemos da vila para as freguesias, que é o nosso mundo. Só e apenas um sistema produtivo ligado pelos apoios e por estruturas de controlo da produção contribuirão para o desenvolvimento do concelho.

Quando apontamos para juntar produtores ou produções a que chamamos agricultura de grupo, que também podem ser sociedades agrícolas, são medidas concretas senhora presidente, de desenvolvimento e de fixação de pessoas á região.

Quando contestamos a poluição da água do ar e dos solos, a diminuição da área de pastoreio devida á expansão das áreas fotovoltaicas, parques eólicos e minas, estamos a defender e proteger a área dos produtores de carnes de excelência.

Quando apontamos para o investimento numa floresta de espécies autóctones estamos a proteger a renovação e qualidade do ar, o combate aos incêndios e a paisagem única razão pela qual os visitantes alimentam os investimentos que se fizeram na recuperação do imobiliário com vista ao turismo rural e de montanha.



11
F. M.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quando criticamos aquela imundice de alcatrão no Larouco, que dá milhares de euros de prejuízo à Câmara Municipal, é porque poderia ser uma área equestre com escolas de equitação e turismo durante todo o ano.

Quando falamos em feira de artesanato é porque poderia induzir e estimular a produção e comercialização de produtos manufaturados da região, quiçá até a criação de uma escola de arte que cativasse artistas de outras regiões.

Para que dizer-se que somos um paraíso?

Se o que aqui sugerimos não é um contributo positivo, então o que é? Pelo Comunitarismo, por Barroso, por Montalegre. Assinado o deputado municipal Manuel Carrêlo."

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Assembleia e membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara e Vereadores, caros membros da Assembleia Municipal: desejo que tenham passado um bom Natal e também desejo um bom ano. Quero aqui lembrar que decorrem em todo o concelho muitas obras. Todas as freguesias estão a ser contempladas e quero aqui salientar a Freguesia de Salto onde pequenas obras, há muito ansiadas, finalmente foram feitas: betuminoso na Rua da Bessada, em parte da estrada de Tabuadela (saída da Reboreda); alargamento de acesso a uma habitação em Tabuadela, pavimentação de rua e alargamento em Caniçó. Continuação de obras e saneamento na Rua nova de Salto e lançamento do concurso do pavilhão. Também referir os imensos eventos realizados: os mercados de Natal em Montalegre e em Salto, a Sexta 13, provas de rali na pista, as festas concelhias, a Semana do Barrosão, as Festas de S. martinho, peças de teatro, apresentação de livros, o Congresso de Medicina Popular em Vilar de Perdizes, as muitas iniciativas culturais, sobre tudo em Fafião e Pitões, as feiras do prémio em Montalegre, salto, Venda Nova e Ferral, a Feira do Fumeiro e bons espetáculos no multiusos, o presépio vivo em Salto. De lembrar também, o excelente trabalho dos vários polos do Ecomuseu espalhados por todo o concelho na formação das nossas tradições.

Também de realçar os muitos apoios/subsídios às inúmeras associações do concelho.

Aguardamos com expectativa as grandes obras que vem no Plano e Orçamento para 2025.

Termino dando os parabéns aos Bombeiros de Montalegre pelos seus 75 anos e desejos de um bom ano para todos. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes."

O deputado Hernani Carvalho disse que, apesar do legado deixado por Mário Soares e outros valorosos, ainda há muito trabalho a fazer.

Os 50 anos do 25 de abril vieram dar ao poder autárquico uma capacidade e poder de desenvolvimento da sociedade e do País inxcedível. Apesar das diferenças, do debate de ideias e de algumas convergências, até pode concordar com a proposta apresentada pelo deputado José João Moura no que diz respeito ao apoio financeiro ao emprego, mas é preciso saber se o valor proposto é baseado nalgum estudo de alguma universidade que diga que é uma medida válida, pois a ele parece-lhe ser pouco sustentada.

Disse que ouviu com bom grado os anúncios que o Ministro da Agricultura trouxe ao território até porque, antes de ser Ministro, foi deputado no Parlamento Europeu e é



12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

preciso saber quais as políticas que defendeu na altura em que os agricultores perderam mais rendimentos. Era interessante saber qual foi a intenção de voto do Sr. Ministro de Agricultura e interessante saber que esta perda de rendimento e a problemática da agricultura se deveu ao posicionamento da sua família política. Mas mais interessante do que isso, é ver os anúncios que são vistos como positivos, necessários, justos e mais do que merecidos, porque, de facto, o desenvolvimento do território, além da Sexta 13, da Feira do Fumeiro, do apoio da CIM AT, não passa pela vitimização da demografia. Esse tema já não cola, pois toda a agente vê que é um problema comum a todo o interior. Querer culpabilizar este executivo e os próximos pela falta de gente não parece coerente.

Disse que uma coisa boa que o 25 de abril trouxe foi a avaliação do poder local, que a democracia faz de quatro em quatro anos. Não quer acreditar que há algum problema com as pessoas de Montalegre que acreditam há 30 anos num projeto político que tem que ter resultados. Querer dizer que durante este tempo todo o legado do PS é assim tão mau, é passar um atestado de incompetência ao povo.

Informou que o anuário financeiro das autarquias locais dá uma visão diferente e diferenciada sobre o Município de Montalegre. No distrito de Vila Real, o Município de Montalegre é o que está mais bem classificado. Quanto aos resultados líquidos, em 308 municípios do país, ficar no 42º lugar é uma posição honrosa, 34º lugar na lista dos municípios de pequena dimensão e com melhor resultado operacional, ficando em 18º lugar. Se o exercício do poder autárquico se avalia de quatro em quatro anos e dado todos estes resultados do anuário financeiro, pensa que é tempo da oposição visitar o discurso saudosista. Montalegre tem as suas dificuldades, os seus desafios, como toda a zona interior do país, mas não podemos ser catastrofistas. Devemos ter orgulho de viver em Montalegre.

A Senhora Presidente iniciou a sua intervenção enviando, em nome pessoal e em nome do executivo, os sentidos pêsames pela morte do pai da deputada Sandra Gonçalves. Agradeceu as palavras do 1º Secretário da CIM, que representa os seis Presidentes de Câmara, e que disse, de forma desempoeirada e isenta, que as preocupações e lutas são comuns a todos e tem sido objeto de atenção, de muito trabalho e de muitas diligências. Ao contrário do que a oposição diz, Montalegre é proactivo, seja na visibilidade do território, seja nos produtos que aportam riqueza para o território, seja na mobilidade, seja na reivindicação de linhas interconcelhias, como é o caso Vilar de Perdizes a Chaves ou de Salto a Cabeceiras, e na requalificação das vias existentes.

Sobre a EN 103, que voltou a estar na linha da frente, disse que disponibiliza, a quem quiser analisar, um dossier com documentos, desde 2005, das reivindicações que esta Câmara fez junto de várias entidades, algumas em conjunto com os Municípios vizinhos e que, por sinal, tem os troços piores onde é necessária intervenção. Isto foi também dito hoje pelo 1º Secretário da CIM e pode ser que acreditem mais nele. Ele é sério, mas ela também o é. Também falou dos dados do turismo e da sua dinâmica e falou dos resultados apresentados pelo INE, no que diz respeito à capacidade de alojamento, que passou de 410 em 2022 para 475 em 2023 em Montalegre. O número de dormidas declaradas, tendo por referência estes dois anos, passou de 17120 para 20642 em 2023 e isto tem a ver com o dinamismo do concelho que muita gente não quer ver.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que evocar Mário Soares é sinónimo de respeito e de democracia. Ao lado de Mário Soares esteve uma grande mulher, a Dra. Maria Barroso de quem devemos também evocar a memória. Uma mulher notável e que preferiu estar ao lado do marido a fazer uma carreira própria, quando seria tão boa como o marido, se ela quisesse.

Sobre o legado posto em causa, disse que 35 anos de poder significa termos água em todas as aldeias, termos saneamento na maioria do concelho, iluminação pública em todo o concelho, ruas dignas nas aldeias, preservando a sua identidade, significa uma rede de transportes públicos desde 2010 e transporte escolar quase à porta de cada aluno. Significa que o nome de Montalegre é reconhecido em todo o lado por ser território SIPAM, por receber prémios de melhor paisagem, receber outros por tantos eventos e atividades realizados e as pessoas terem a garantia que, com uma Câmara socialista, não têm que se preocupar se ficam sem médico de família ou com obras por fazer, tendo sempre em conta o desenvolvimento do concelho e das suas gentes.

A creche do Baixo Barroso teve início com um projeto, em 2009. O apoio agrícola e pecuário é substantivo, contrariamente à vontade do PSD que dizia que não se devia apoiar a raça Barrosã, nem se devia apoiar a batata que não trazia desenvolvimento nenhum. Ao que sabe, a batata de semente e de consumo têm tido grande sucesso.

Sobre os caminhos de Santiago disse que Montalegre faz parte da Associação dos Caminhos de Santiago e que não é de qualquer maneira que se consegue legalizar um trilho. É um trabalho de anos, que tem que ser devidamente estudado e fundamentado. No concelho de Montalegre, há vários caminhos de Santiago usados na Idade Média.

Sobre a criação de emprego, disse que podem desenganar-se quando reclamam fábricas para o concelho. Montalegre tem apenas microempresas e sobretudo ligadas à produção agrícola e pecuária. A Câmara não apoia só a produção agrícola e pecuária diretamente, mas com os eventos que realiza, todos os produtos endógenos são comercializados são bastante lucrativos. A grande maioria dos equipamentos sociais do concelho Também a área social cria emprego e é uma marca socialista foram criados por governos camarários socialistas e com muito orgulho, como é o caso da construção de um quartel de Bombeiros que recebem salário. É assim que se cria emprego. Não é a sonhar com o El Dorado, que não existe.

Falou do apoio dado aos barrosos, que começou por ser no valor de 50€ e que agora é de 100€. Sobre os cruzados, disse que foi um compromisso assumido por ela. Ela não promete o que não pode cumprir e não faz propaganda do que faz. As outras raças são residuais e é uma opção deste executivo não apoiar raças que não sejam autóctones. Sobre os 40€ atribuídos, disse que foi feito um estudo para chegar ao valor da perda de rendimento. Tomou-se como ano de referência o ano de 2020, ano pandémico, e partiu-se do pressuposto de um vitelo até um ano de idade, com um peso médio por carcaça de 170 kilos e concluiu-se que, em 2020, era 5€ o preço por kilo, em 2024 é de 5,75€. Por cada um dos vitelos, um produtor recebia 850€ em 2020, e agora recebe 977,50€. Fizeram-se as contas ao preço pela quantidade de alimentos que os animais comem e em 2020 custavam 282 e em 2024 custavam 383. Determinou-se, ainda, o rendimento por animal, tendo em conta a receita e a despesa e chegou-se à conclusão que em 2020 um agricultor tinha de lucro 390€ e em 2024 tinha 323€. Há esta diferença que é perda de rendimento. ninguém fala do apoio ao abate, que vai ser operacionalizado pela Coopbarroso. A Câmara vai pagar 0,10€ por



14

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

kilo. Se um animal tiver 170 kilos, serão pagos 17€. Somando estes 17€ do abate, mais os 40€ do apoio aos cruzados, perfaz um valor de 57€ de apoio da Câmara. A este valor ainda acresce a sanidade, de que ninguém fala também, que são mais 15€ por cada animal. São 72€ de apoio e é um grande apoio.

Ficou contente por a pista de Rallicross ter deixado de ser vista como um sorvedouro de dinheiro e garante que ainda se vão realizar mais provas, porque trazem notoriedade e visibilidade ao concelho.

Sobre a proposta apresentada pelo PSD para o apoio de 150€ por cada emprego, disse que só falando das oito IPSS do concelho, era logo 117.500€ por ano. Há mais de 21 empresas no concelho com mais de 10 funcionários e há um total de 1684 empresas no concelho. Se cada uma criasse um novo emprego, com este incentivo apresentado pelo PSD, era uma desgraça para o orçamento camarário. É pura propaganda no seu melhor considerando o equilíbrio financeiro obrigatório, terão de dizer onde vão cortar para acomodar esta despesa. Montalegre conhece o PS e não se deixa enganar pela política da banha da cobra que promete tudo e não cura nada.

Apelou ao deputado Hernani Carvalho para que, imbuído do espírito natalício, releve quando lhe chamam de palhaço, pois dela também disseram que não tem carácter, dignidade e que não sabe falar e que deve estar demente, mas nem com todo o espírito natalício que aí venha, vai relevar e vai agir em conformidade.

Quanto à medida de redução do IRS, antes de o ser já o era. Ela já tinha dito há dois anos que se o orçamento assim o permitisse, iria ser reduzido este ano. As medidas são tomadas não levemente e não para a caça ao voto.

Falar da perda de população sabendo que é um mal que atinge todo o interior, e até o país, e que o concelho de Montalegre até é o que menos perdeu população no Alto Tâmega e Barroso, também é propaganda. Não é sério, é cegueira ideológica.

Desejou que os Ministros da Agricultura e da Saúde cumpram com as promessas feitas. Todos saem a ganhar.

Relativamente ao anuário financeiro, disse que fica contente com os resultados. Os cofres estão cheios, mas o dinheiro está compromissado. O que não está compromissado é o superavit que tem o valor de 2 milhões e 300 mil euros e estes já têm destino pois vão para o multifunções de Salto. Este investimento era candidato a fundos comunitários, mas o aviso foi alterado e não contempla esta intervenção. Ainda bem que as contas são sadias para fazer face a estas circunstâncias.

Inscreveu-se para defesa da honra o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Gostaria de repor aqui algumas inverdades. Relativamente à participação variável do IRS por parte do município e para desmitificar este assunto, que eu me lembre o PSD sempre defendeu esta medida, devolver o dinheiro diretamente para as famílias, que, no entanto, o PS sempre defendeu exatamente o contrário. E para o Sr. deputado João Carlos Rodrigues relembro-lhe as palavras proferidas por ele e passo a citar aquando da votação deste ponto nos anos anteriores, conforme se pode confirmar na página 38 da ata nº 4 de 30 de setembro de 2022: "Mas a Câmara tem de decidir e decidiu bem... Não é má gestão autárquica, é um assunto mais grave, muito mais grave: é a guerra. É a guerra que estamos a enfrentar e que todos temos de pagar". Que eu saiba a guerra não acabou, mas agora o discurso é exatamente o oposto e segundo a



15

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sra. Presidente, porque temos cabimento orçamental. Sendo assim Sra. Presidente pergunto eu: esta medida está sujeita à disponibilidade orçamental para o próximo ano ou é apenas uma medida eleitoralista uma vez que no vamos a eleições já neste ano civil que se aproxima?

Quanto ao Sr. deputado Hernâni Gonçalves que eu estimo muito deixar também uma nota de plágio, pois ele mencionou o Anuário Financeiro dos Municípios quando eu já falo disso já há alguns anos principalmente quando Montalegre fazia parte de um leque de 74 municípios dos 308 existentes que não atingiam 1 nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, ao contrário dos outros concelhos da CIM e do distrito. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração o voto de pesar pelo falecimento do pai da deputada Sandra Gonçalves.

Deliberação: O Voto de pesar pelo falecimento do pai da deputada Sandra Gonçalves foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs o seguinte voto de louvor pelos 75 anos dos Bombeiros Voluntários de Montalegre, o qual foi subscrito por todos os membros da Assembleia: "A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre celebra 75 anos de vida.

Esta Assembleia Municipal vem felicitar a Instituição pelo trabalho ao serviço da nossa terra e da nossa gente, na proteção da natureza, proteção do ambiente, na defesa dos bens e na proteção das pessoas e no apoio geral a quem precisa.

Pela grande dedicação dos seus dirigentes, dos trabalhadores, mas sobretudo dos nossos bombeiros, a Assembleia Municipal vem expressar o seu reconhecimento por este longo serviço à comunidade, dirigir os parabéns pelo aniversário, apresentar o voto de louvor por toda a dedicação e trabalho, ao mesmo tempo que apresenta os parabéns a todos e votos de muitos anos de vida e de dedicação à nossa terra e à nossa gente. Assinado, os membros da Assembleia Municipal."

Deliberação: O voto de Louvor pelos 75 anos dos Bombeiros Voluntários de Montalegre foi posto a votação tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.

2- Período da Ordem do Dia:

2.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

O Senhor 1º Secretário Executivo informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Agradecer pessoalmente ao 1º Secretário executivo da CIMATB o empenho e execução de todas



16

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

as propostas que a CIM se propôs para este ano e atendendo às suas palavras esclarecedoras em nome da bancada dos eleitos pela coligação Todos por Barroso gostaríamos de subscrever e apoiar as principais metas pretendidas pela CIM, que, no entanto, não vão ser fáceis pois sabemos da:

1- Importância de garantir recursos financeiros adequados: A transferência de responsabilidades sem a correspondente alocação de meios é, de facto, criticável e pode comprometer a eficiência e a eficácia dos serviços prestados. Nós, os eleitos autárquicos, devemos assim continuar a lutar por uma descentralização transparente, garantindo o desenvolvimento regional e a prestação eficiente de serviços públicos.

2- Papel crescente das comunidades intermunicipais na definição de políticas públicas: esta proximidade das comunidades permite uma melhor identificação das necessidades locais e uma resposta mais rápida e eficaz aos desafios e problemas existentes e a CIM tem tido um papel ativo para contribuir para a coesão territorial.

3- Por isso a importância de um debate contínuo e transparente sobre a alocação de recursos e a definição de competências é crucial para garantir que as CIM's possam desempenhar eficazmente as suas funções.

A CIMATB tem assim vários desafios para este novo ano:

1- Sendo Portugal um dos 5 países mais envelhecidos do mundo e a região do Alto Tâmega e Barroso como a região mais envelhecida da Europa, esta situação tem de ser revertida com medidas mitigadoras do processo de envelhecimento Sr. Secretário como por exemplo (fecundidade e migrações, promovendo o ajuste a uma posição entre emigração e imigração que promova um saldo migratório positivo);

2- Um esforço para promover alguns reequilíbrios territoriais, com uma política integrada para o interior forte e efetiva, sem contradições inter-concelhias e aproveitando as novas agendas (Decarb, serviços ecos sistémicos, agricultura regenerativa e turismo ambiental-ecológico-cultural em que poderemos das cartas).

Queria congratulá-lo pessoalmente e à instituição que representa pelo sucesso da criação da Unidade Local de Saúde Alto-Tâmega e Barroso em Chaves – Uma vitória de todos graças à união de todas as vertentes políticas bem como do papel ativo que a CIMAT teve neste processo.

Relembrar mais uma vez A EN103 e a ligação à A24 – Sr. Secretário, Para nós, os eleitos pelo PSD, a requalificação da EN 103 e uma ligação à A24 é umas das prioridades essenciais ao desenvolvimento de Montalegre, e já estamos há 10 anos à espera de uma mobilidade condigna e igual aos outros concelhos que integram a CIM. Continuamos a ser o concelho com piores acessibilidades da CIM e da região o que vai contra os princípios de desenvolvimento territorial que a CIM apregoa. Gostávamos de saber que ações e iniciativas a CIM tem previsto para esta resolução há muito desejada pelos Barrosões?

Por último, temos aí um novo quadro comunitário o 20/30 e Montalegre e os seus municípios gostariam de saber quais os projetos previstos de execução no próximo ano aqui no nosso concelho bem como esclarecesse os presentes sobre os Incentivos de Base Territorial, com fundos perdidos a 60% e que muito podem ajudar investidores e empresários que queiram investir aqui no nosso concelho e na nossa e vossa região.

Resta-me desejar que continue o seu trabalho com a mesma paixão. Assinado, o deputado municipal José João Moura."



17
Fernando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega e Barroso disse a mobilidade inter concelhia é crítica. Não faz sentido nenhum que Montalegre tenha dificuldade em estar próxima da centralidade do território e que o eixo entre Montalegre e Valpaços seja um eixo muito complexo de ser gerido. Ou seja, Valpaços tem o melhor acesso para se ligar ao litoral, que não é pelo centro do território. Todos os Presidentes da Câmara têm, insistentemente e permanentemente, colocado no centro da sua atenção que o eixo Montalegre- Valpaços tem que ser resolvido. Sabem bem da dificuldade que os fundos comunitários têm na inserção de novas vias e até de requalificação de vias. Durante um período de tempo havia sempre a ideia que eram restrições europeias, mas não só. São também nacionais e são políticas nacionais. É uma luta difícil que a Comunidade Intermunicipal vai continuar a travar e que espera um dia vir a ter sucesso.

Disse ainda que o Alto Tâmega e Barroso representa 2,5% da população da região norte. E com isto, mesmo tendo grande capacidade de discussão deste assunto, é difícil levá-lo para a frente. Mas também é preciso dizer que Portugal também é 2,5% da União Europeia e Portugal vai para os fóruns defender os seus interesses e tem algumas vitórias. Este foco é um foco muito importante que deve unir toda gente, pois juntos há mais força para lutar. A negociação do 2030 para o território foi possível ser alcançada porque houve um claro entendimento entre os seis municípios na forma em como se podia fazer este tipo de pressão em diferentes momentos.

Realçou a importância da criação de uma ULS em Chaves e o conjunto de serviços que essa ULS vai trazer para o território. É um bom princípio ser criada.

Falou ainda sobre um aviso que está aberto até dia 31 de janeiro, que é um sistema de incentivos de base territorial, que vai apoiar as pequenas empresas com 4,4 milhões de euros e será aberto um segundo aviso em 2026, com mais 4,4 milhões de euros. É muito importante que se passe a palavra a todos e que as empresas saibam que têm este instrumento, pois não é fácil encontrar instrumentos tão bons. Poder investir até 300 mil, ter 60% a fundo perdido é algo que não é comparável com nenhum sistema de incentivos a nível nacional. Até à data há cerca de 140 candidaturas em preenchimento no Alto Tâmega e Barroso, mas serão precisas 190 candidaturas para executar a verba toda. É um incentivo muito relevante porque apoia o investimento e porque é bastante simples de poder ser executado.

Informou que em fevereiro vai abrir o programa sucessor do Mais Coeso e que vai apoiar o emprego e a fixação das pessoas dentro das empresas. A demografia é a principal dificuldade do território, embora, depois de décadas, se tivesse registado um saldo positivo de 0,1% fruto da migração que se faz sentir. O sector do turismo e da indústria precisam destas pessoas. Sem elas dificilmente funcionariam.

O contrato de concessão de transportes tinha previsto que a população transportada diminuísse 1,5% ao ano, fruto da demografia, no entanto houve um aumento de 10,5% de passageiros a transportar. Significa que tem que se pagar menos dinheiro pela concessão porque há mais passageiros a comprar bilhete diretamente ao operador.

2.2. Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 27 de setembro do ano 2024.



18

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A ata da sessão ordinária do dia 27 de setembro de 2024 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Nuno Miguel Pereira.

2.3. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2024. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – Conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.5. Documentos Previsionais para o ano económico de 2025 – Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita - Grandes Opções do Plano de Atividades – Mapa de Pessoal para 2025 – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura, Acácio Gonçalves, Catarina Gonçalves, Domingos Vasconcelos e José Manuel Carvalho.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa. "Tendo em conta a proposta relativamente ao orçamento no valor de 27 milhões e 880 mil € pela Câmara Municipal de Montalegre para o ano de 2025, os deputados do PSD consideram que fica clara na apresentação das Grandes Opções do Plano, mais uma vez, a razão do PPD/PSD. Continuamos a cobrar impostos como nunca e a distribuir tão pouco. Fica em jeito de início desta intervenção, este mero exercício matemático:



19
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- Receita corrente do Orçamento Municipal proposto para 2025 – Campo dos impostos diretos – aumento de 1 milhão e 660 mil euros em 2024 para 1 milhão 854 mil euros. Uma diferença significativa. São mais de 200 mil euros que o orçamento vai buscar aos bolsos dos munícipes.

Já sabemos que a bancada do Partido Socialista irá dizer que este orçamento é uma obra-prima, que tudo já estava previsto aquando da campanha eleitoral e que seguem lado a lado com os munícipes, mas desenganem-se, pois, essa não é a realidade dos factos.

O que a Senhora Presidente da câmara municipal, não diz e deveria dizer, é que o executivo engordou as suas contas à custa da inflação vivida nos últimos anos, o mesmo será dizer, que tem engordado à conta dos munícipes e das empresas. De que serve o maior orçamento municipal quando muitos passam por dificuldades?

De que adianta dizer-se que quando se tem o maior orçamento da história, na verdade o orçamento acaba pequenino, e que os deveria envergonhar, porque isto chamasse prometer e não cumprir!

Sim, a senhora Presidente prometeu obras para 2024, a saber, o Pavilhão Multifunções de Salto, e a Creche de Salto, já para não falar do canil municipal e não se cumpriu! A senhora prometeu a requalificação das escolas do Baixo Barroso, da Escola Básica e Jardim de Infância de Cabril e do Centro Escolar de Montalegre e não se cumpriu;

Mas não fiquemos por aqui, os Saneamento em muitas freguesias onde há necessidades nesta área, bem como o Abastecimento de água a tantas outras localidades onde há problemas.

Arruamentos nas freguesias de Outeiro, da Chã, Vila da Ponte, Salto, Cabril, Reigoso, Viade, Tourém e nas Uniões de Freguesias de Sezelhe e Covelães, de Vilar de Perdizes e Meixide, de Meixedo e Padornelos, de Viade de Baixo e Fervidelas ficaram pelo caminho.

Ainda não acabou Sra. Presidente e Srs. deputados. A Reparação da rede viária concelhia, a marcação das estradas e limpeza das suas valetas e basicamente os Caminhos agrícolas em todas as freguesias não saíram da gaveta.

Tudo isto reflete o abandono a que os munícipes estão sujeitos e é nosso dever denunciar e alertar a maioria socialista que este não é o caminho para o qual foram eleitos. Além disso, conforme podemos ver senhora presidente, as verbas da transferência de capital para as freguesias vão diminuir de 555 000€ para 515 000€, e reforça em 800 000€ as transferências para as associações, retirando assim obra executada e programada pelo município. Senhora presidente, numa altura que vamos ter o maior orçamento da história, com uma inflação controlada e estabilizada em torno dos 2%, e uma crise política nacional artificial provocada por manifesta incompetência do seu partido, a sua herança para 2025 é: A maior receita fiscal cobrada de sempre, com um crescimento de 12%, no valor de 1,8 milhões de euros, tendo os cofres do município a transbordar; A falta de uma rede de abastecimento de água e saneamento na plenitude; As ruas esburacadas, estradas cada vez mais estreitas, obras que outros antigos presidentes optaram por alargar.

Isto é justiça social?

É a verdadeira opção numa justiça equitativa para todos os Munícipes?

Repetiremos até à exaustão, que o caminho indicado pelo PPD/PSD é claro: crescimento económico, incentivo à fixação dos mais jovens e das famílias, melhorando o nível de vida de todos os cidadãos, mesmo em tempos mais exigentes.



20
fluy

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Na economia, com políticas distributivas mais eficazes e eficientes na proteção dos mais vulneráveis, vulneráveis esses que hoje em dia são a classe média. Os novos pobres determinados pelo Partido Socialista.

Há muito a fazer em Montalegre, quer na Educação, na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, no Desporto, na Cultura, prioridades que são elencadas no vosso discurso, mas cuja resolução não sai do papel, porque não há uma estratégia e tardam as soluções para os verdadeiros problemas porque não estão definidas prioridades e essa é a verdadeira imperfeição para a falta de concretização.

Este Plano e orçamento da câmara para 2025 não apresenta novas soluções por força de ausência de ideias e reflete a falta de capacidade técnica e política dos Executivos municipais do PS, tanto em termos de planeamento como de realização, que se comprova pela baixíssima taxa de execução dos últimos PPI's (plano de obras e investimentos no Município): em 2022 foi de 47%, em 2023 foi de 52% e para 2024 projeta-se uma taxa de execução pouco acima dos 50%.

Face ao exposto, o voto dos deputados eleitos pelo PSD de Montalegre é contra o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2025. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado Acácio Gonçalves disse que o ano 2024 foi para as calendas. Quem veja o Plano e orçamento do ano 2024 lê que com este plano estarão concluídos os seguintes investimentos: requalificação da piscina municipal, instalação da loja de cidadão, centro SIPAM, requalificação do Centro Escolar, o canil, a requalificação da central de camionagem, a creche de Salto, o polidesportivo de Salto, ampliação das zonas industriais e com isto consegue-se ver que ficou tudo pelo caminho. E agora lê-se o documento para 2025 e está tudo na mesma, focado com a justificação dos fundos comunitários. Não há novas ideias, novos projetos. Há obras que tem que ser obrigatoriamente executadas.

A deputada Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa cumprimentar todos os elementos da Mesa, Exma. Senhora Presidente da Câmara, e na sua pessoa cumprimentar todos os Vereadores, senhoras e senhores: sem desprimir de todos os outros, porque todos contribuíram para a concretização de um projeto que conta com mias de três décadas de concretização, este Plano e Orçamento é, permitam-me, de uma extrema relevância para a freguesia a que presido.

Começo assim por enaltecer todos os apoios que serão entregues às Associações da Freguesia de Salto, pois são elas a força motriz da nossa comunidade e, em grande parte, da nossa economia local, bem como os apoios à produção animal e à pecuária, porque isso permitirá a manutenção e fixação de mais jovens no sector agrícola.

No entanto, gostaria de ver um maior incremento na Banda Filarmónica de Salto, pois, sem desprimir das outras associações do concelho, vejo na banda um trabalho profícuo, diferenciado, que deve, na minha ótica, ser congratulado, pois tem, neste momento, uma escola de formação com cerca de 20 alunos, e tem feito um investimento meritório na formação musical e na promoção da cultura artística e musical que deve ser valorizado. Deixo aqui essa nota. Ora, este plano e este orçamento, além das suas linhas orientadoras serem de carácter eminentemente socialista, com medidas que assentam na igualdade, solidariedade e justiça social, com



21
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

as quais me revejo, eles apresentam especial enfoque na educação, na saúde, no desporto e também no urbanismo.

E, todos estes sectores são caros à Freguesia de Salto. Sendo para mim um motivo de especial regozijo ver plasmados nas opções deste executivo obras e concretizações há muito esperadas e necessárias para a povoação que represento.

No plano do urbanismo, fico feliz com a consciencialização da necessidade de intervenção em inúmeras vias e arruamentos que se encontram a aguardar realização, há vários anos, em diversas aldeias, como Caniçó, Tabuadela, Reboreda, Carvalho e fico ainda mais feliz com a concretização do projeto urbanístico da aldeia das Minas da Borralha, não só por ser umas das aldeias mais visitadas e com maior propensão turística na freguesia, porque de facto o é, mas acima de tudo pela população ali residente, que precisa urgentemente de melhores acessos e de ter uma aldeia mais asseada! Tem-se feito muito trabalho no melhoramento de algumas habitações, mas a concretização de fundo nas suas ruas e acessos é de facto urgente!

No plano do desporto, 2025 será o lançamento da "Pedra Angular", será o lançamento da obra mais esperada da população de Salto, da obra que muitos esperavam ver concretizada e que só mais de duas décadas depois se tornará realidade. O pavilhão multifunções vai efetivamente materializar-se e com ele virá a concretização de muitos sonhos, com ele virá a melhoria de condições de trabalho para os nossos atletas que com enorme resiliência se mantêm a vestir a camisola do Grupo Desportivo e Cultural de Salto, com ele vamos permitir que as nossas crianças fomentem o gosto pelo desporto e associativismo. Com ele vamos poder concretizar mais e novos projetos! Estou certa disso!

No plano da saúde, regozijo-me pela intervenção que será realizada na Unidade de Saúde de Salto, que permitirá o alargamento dos serviços a prestar à população de Salto, e com isso mais saúde e menor injustiça social, e dará condições condignas aos excelentes profissionais que lá trabalham e que têm feito um trabalho exímio juntos dos Saltenses.

Finalmente, no plano da educação, tenho de referir um tema que me é especialmente caro, a creche! A construção da creche é uma medida premente para todo o Baixo Barroso, incluindo aldeias de concelhos vizinhos que têm uma grande proximidade com a Vila de Salto! E já o é há muitos anos, e este executivo sabe disso, e por isso agarrou este projeto, este desiderato e vai finalmente concretizá-lo! Agradeço ao executivo a forma dedicada e abnegada como tem tratado este dossier e não posso deixar de agradecer aos Senhores Presidentes de Junta de Venda Nova e Pondras, de Reigoso, da Vila da Ponte, de Ferral e de Covelo pela cooperação que me prestaram na concretização do acordo coletivo, para, conjuntamente com a Associação Borda d'Água, a quem também agradeço a abertura, motivarmos a criação desta tão importante resposta social.

Concluindo, este orçamento é para mim, pessoal e institucionalmente, reflexo de concretização e certeza.

Bem-haja Senhora Presidente e Senhores Vereadores. Aproveito para desejar a todos um novo ano cheio de saúde e de paz. Assinado, a deputada municipal Catarina Gonçalves."

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Exma.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Senhora Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais: não consegui descortinar nos Documentos Previsionais para 2025 a inclusão do saneamento na freguesia de Ferral.

Anos houve em que tal obra constava no Plano de atividades, embora isso não tenha passado de um arranjo floral para outros propósitos, que não os de dotar a freguesia de Ferral de infra estruturas tão básicas.

Outras freguesias deste Concelho, de dimensão equivalente à de Ferral, ou inferior, já foram contempladas com o saneamento. Porquê, então, esta teimosia em esquecer uma freguesia que é das que mais contribui para as finanças municipais, através das empresas produtoras de energia elétrica instaladas no seu território?

Bem gostaria de acompanhar o deputado Alberto Fernandes nos elogios à Câmara, mas não tenho motivos para o fazer! Aqui fica o reparo! Assinado, o deputado municipal Domingos Vasconcelos”.

O deputado José Manuel Carvalho perguntou se os 595 mil euros que estão dotados no orçamento para a Coopbarroso já contemplam os valores que supostamente serão dados aos Cruzados dos Lameiros de Barroso. É que o dinheiro previsto não chega porque todos sabem que o motor do concelho são os produtores pecuários. São cerca de 1400 explorações agrícolas no concelho. São eles que empregam e fixam as pessoas. O problema é que o produtor é cada vez é mais velho.

Disse que com este Ministro da Agricultura foi aberta uma candidatura para jovens agricultores em zonas mais desfavorecidas como Montalegre, que tenham um projeto até 200 mil euros e dão 55 mil euros a fundo perdido na primeira instalação. Agora a Câmara Municipal tem que apoiar o restante, criando condições e agilizando o licenciamento das vacarias e armazéns e assim atrair jovens para o concelho.

Disse que o apoio é efetivamente pouco pois 150 mil euros a dividir por 4081 vitelos dá 36,75€ por cabeça. Congratula-se com a medida do abate no matadouro, mas a maioria dos compradores compram os animais e os animais não são abatidos no concelho, pois os custos são superiores a outros matadouros. O produtor pecuário vai ter um subsídio que não vai usufruir. Há 70 produtores de raça cachena que estão instalados na zona do PNPG pois a montanha só lhe permite ter esta raça. 12 a 15 produtores de raça maronesa e cerca de 8 de raça minhota e ele gostava de ver estes incluídos no apoio dado pela autarquia.

A Senhora Presidente da Câmara disse que o aumento dos impostos aí espelhados tem a ver com o aumento do IMI, que teve a ver com a avaliação das eólicas, do IMT e da derrama, o aumento não será feito aos munícipes. Ainda irá aumentar mais quando vier o IMI das barragens e parte dessa verba será para distribuir pelas Juntas de Freguesia para que efetivamente haja a governação de proximidade.

Concordou que Ferral também merece e precisa de saneamento, mas não se consegue chegar a todo o lado. Paulatinamente lá se irá atender a todo o lado.

Sobre as estradas esburacadas, disse que há algumas que efetivamente precisam de intervenção, mas também se deve analisar estradas de outros concelhos e ver que as nossas não estão assim tão mal.

A cegueira e surdez ideológica é seletiva. A piscina, a loja do cidadão e o centro SIPAM estão concluídos.



 23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que já explicou vezes sem conta que quando fala da creche de Salto e de Montalegre ou de outros projetos, são projetos que já foram abertos no ano passado porque o quadro comunitário era para ter início no ano passado e como não aconteceu, transitaram para este ano. Quanto ao canil, já disse também que está para despacho do Sr. Secretário de Estado há meses. Quando houver despacho, arranca-se com a obra.

Sobre a Banda Filarmónica de Salto, disse que esta já é apoiada por ter uma escola de música, na mesma proporção que se apoiam as outras escolas. Pode ser equacionado e de forma fundamentada o aumento decorrente do número de praticantes.

Quanto aos apoios aos cruzados, disse que já explicou, o PSD promete, mas é o PS que privilegia a raça autóctone, o barrosão.

Deliberação: os documentos foram aprovados por maioria com sete votos contra dos deputados José João Moura, Manuel Carrelo, Alívio Freitas Dias, Domingos Vasconcelos, Nuno Miguel Pereira, José Acácio Gonçalves e José Manuel Carvalho.

2.6. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Ecomuseu e Turismo – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a designação do júri foi aprovada por maioria com sete abstenções dos deputados José João Moura, Manuel Carrelo, Alívio Freitas Dias, Domingos Vasconcelos, Nuno Miguel Pereira, José Acácio Gonçalves e José Manuel Carvalho.

2.7. Versão Final do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Montalegre – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: O regulamento foi aprovado por maioria com cinco votos contra dos deputados José João Moura, Domingos Vasconcelos, José Manuel Carvalho, Nuno Miguel Pereira e José Acácio Gonçalves e com três abstenções dos deputados Manuel Carrelo, Alívio Freitas Dias e Acácio Gonçalves.

2.8. Versão Final do Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos Especialistas em Medicina Geral e Familiar Centro de Saúde de Montalegre – Aprovação;



24

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A regulamentação foi aprovada por unanimidade dos presentes.

2.9. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre vêm justificar o seu voto à minuta do contrato-programa da EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, com o município de Montalegre nos seguintes termos: 1) A posição do PSD continua clara, objetiva e coerente com votações anteriores. A EHATB foi criada e muito bem de forma a aproveitar os recursos naturais da região. Gerava receitas próprias que reforçavam os orçamentos dos 6 municípios que a constituem em prole do desenvolvimento urbano e rural.

2)Entretanto ocorre a desvirtuação inicial com o financiamento de eventos e obras das Câmaras, através dos chamados "contratos-programa", que se mantêm nos estatutos submetidos a votação, e, sobretudo, porque os contratos-programa de obras se têm revelado com falta de transparência e de eventuais ilegalidades.

3)Entendemos que os lucros deveriam ser distribuídos no final do ano, em forma de dividendos, conforme determinado inicialmente na criação e constituição da EHATB.

4)Não somos assim contras as obras propostas, apenas não concordamos com o princípio e método proposto na presente minuta de contrato-programa da EHATB com o município de Montalegre.

Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, e como já mencionado em assembleias municipais anteriores, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam contra na apreciação e votação ao contrato-programa da EHATB que nos é proposto. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

Deliberação: A minuta foi aprovada por maioria com cinco votos contra dos deputados José João Moura, Domingos Vasconcelos, Rui Rodrigues, Nuno Miguel Pereira e José Acácio Gonçalves e com duas abstenções dos deputados Manuel Carrelo e José Manuel Carvalho.

2.10. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, – Aprovação.



 25

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A minuta foi aprovada por maioria com seis votos contra dos deputados José João Moura, Domingos Vasconcelos, Rui Rodrigues, Nuno Miguel Pereira, José Manuel Carvalho e José Acácio Gonçalves e com uma abstenção do deputado Manuel Carrelo.

2.11. Desempenho das funções de Fiscal Único na empresa "EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA. – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

2.12. Protocolo de colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental e o Município de Montalegre – Conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.13. Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – Orçamento e Plano Plurianual de Atividades e Investimento para 2025 – Conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.14. AMAT – Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



26
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.15. Voto de Pesar pelas Vítimas dos Incêndios Rurais que Deflagraram nas Regiões Centro e Norte de Portugal Continental e de Solidariedade para com as Populações Afetadas e Entidades Envolvidas no Combate aos Fogos – Conhecimento.

Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos, uma vez que foi dado conhecimento no expediente recebido.

3 – Período Após a Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não tendo havido inscrições.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e a intervenção do público, pelo que deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

[Handwritten signature]

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

[Handwritten signature]

João Gonçalves Surreira

O 2º Secretário

[Handwritten signature]

Maria de Fátima Silva Crespo